

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 170/2018

PROCESSO 15202-199-18


PARECER Nº 163/2018

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **Prefeito Municipal**, Altera o prazo de concessão administrativa de bem de uso comum na Lei Municipal nº 4.599/2013

Esta Comissão opina pela **aprovação** do presente Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa de Leis.

Rio Claro, 04 de outubro de 2018.


Adriano La Torre
Presidente


Irander Augusto Lopes
Relator


Caroline Gomes Ferreira
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 170/2018


PROCESSO 15202-199-18

PARECER Nº 168/2018

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **Prefeito Municipal**, Altera o prazo de concessão administrativa de bem de uso comum na Lei Municipal nº 4.599/2013

Esta Comissão opina pela **aprovação** do presente Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa de Leis.

Rio Claro, 18 de outubro de 2018.



Paulo Rogério Guedes
Presidente



José Claudinei Paiva
Relator



Maria do Carmo Guilherme
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 191/2018

Institui no âmbito do município de Rio Claro o "Programa de coleta seletiva Rio Claro Sustentável" e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Programa "Rio Claro Sustentável" com coleta seletiva e aproveitamento de resíduos sólidos no âmbito do Município de Rio Claro.

I – O programa tem por finalidade a realização da separação dos resíduos sólidos domiciliares na sua origem, sendo duas espécies:

- a) Resíduo Seco: Composto pela parcela dos resíduos sólidos que são passíveis de serem submetidos a processos de reciclagem; e,
- b) Resíduo úmido: Composto pela parcela dos resíduos sólidos classificados como orgânicos, acrescida a parcela dos resíduos comuns, estes também denominados não recicláveis.

II - Os resíduos sólidos são materiais heterogêneos (inertes, minerais e orgânicos) resultantes das atividades humanas e da natureza, os quais podem ser parcialmente ou totalmente utilizados, gerando, em outros aspectos, proteção à saúde pública e econômica dos recursos naturais.

Art. 2º O Programa Rio Claro Sustentável, tem como metas fundamentais a expansão da coleta seletiva dos resíduos sólidos em residências, comércio, indústrias, instituições, órgãos públicos e todas as propriedades privadas, com o desenvolvimento de campanhas com a finalidade de orientar, conscientizar e incentivar a população da cidade no correto descarte do lixo, promovendo a preservação do meio ambiente e oportunizando a reciclagem dos resíduos descartados.

§ 1º São objetivos da coleta seletiva de resíduos sólidos:

- I. Incentivar a coleta seletiva, a reutilização e a reciclagem;
- II. Modificar atitudes e práticas pessoais, minimizando o esgotamento de recursos não renováveis;
- III. Respeitar e zelar da comunidade, melhorando a qualidade de vida;
- IV. Conservar a vitalidade e a diversidade;
- V. Proteger a saúde pública e a qualidade do meio ambiente;
- VI. Preservar e assegurar a utilização sustentável dos recursos naturais;
- VII. Reduzir a geração de resíduos sólidos e incentivar o consumo sustentável;
- VIII. Compartilhar a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos;
- IX. Reconhecer o resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de oportunidades de trabalho e distribuidor de renda;

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

X. Incentivar a indústria da reciclagem, fomentando o uso de matérias primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados.

§ 2º Com objetivo de facilitar a correta disposição e a destinação adequada dos resíduos de construção civil, resíduos volumosos, resíduos recicláveis de lixo domiciliar, comercial e industrial, entende-se por coleta seletiva de resíduos sólidos, o recolhimento, o transporte, o acondicionamento e a destinação final, em separado, do resíduo orgânico, inorgânico do município.

§ 3º Para efeito desta lei, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I. São resíduos de construção civil os provenientes de construções, reformas, reparos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, metais, madeiras, compensados, forros, gesso, telhas, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica e outros assemelhados;

II. São resíduos volumosos os provenientes de processos não industriais, constituídos por materiais não removidos pela coleta pública municipal rotineiramente, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de madeiras, resíduos vegetais provenientes da manutenção de áreas verdes públicas ou privadas e outros;

III. São resíduos recicláveis domiciliar e resíduos secos os provenientes de residências ou de qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares ou a estes equiparados, isto é, os gerados em edifícios públicos e coletivos, e de comércio, serviços e indústrias, desde que apresentem as mesmas características dos provenientes de residência;

IV. São resíduos públicos compreendem aqueles lançados por causas naturais ou pela ação humana em logradouros públicos, objetos dos serviços regulares de limpeza urbana;

V. São resíduos orgânicos os proveniente de produtos segregados na origem, oriundos de grandes geradores como feiras livres, instalações comerciais e industriais de porte, restaurantes e podendo também ser originados de unidades residenciais que exerçam intensa coleta seletiva do resíduo seco reciclável;

VI. São resíduos sólidos especiais os compreendidos por seu volume, peso, grau de periculosidade ou degradabilidade ou por outras especificidades, requeiram procedimentos especiais para o seu manejo e destinação, considerando os impactos negativos e os riscos à saúde e ao meio ambiente, compreendendo:

- a) Resíduos de serviços de saúde e congêneres;
- b) Resíduos de atividades industriais contaminantes e suas embalagens;
- c) Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens;
- d) Pilhas e baterias inservíveis;
- e) Pneus inservíveis
- f) Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

g) Lâmpadas inservíveis que contenham em sua composição resíduos perigosos;

h) Resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos, bem como seus componentes;

§ 4º Consideram-se geradores de resíduos da construção todas as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias ou responsáveis por obra de construção, reforma, reparos ou remoção de vegetação.

§ 5º São considerados geradores de resíduos volumosos as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias, locatárias ou ocupantes de imóvel em que sejam gerados os resíduos volumosos.

§ 6º Os resíduos da construção e os resíduos volumosos deverão ser destinados a rede de ponto de entrega, às áreas de transbordo e triagem ou locais que visam sua reutilização, reciclagem ou destinação mais adequada, conforme determinação da Secretaria competente;

§ 7º Os resíduos de resíduo domiciliar, comercial e industrial deverão ser coletados em todas as edificações, onde, os seus geradores serão responsáveis por separar conforme a qualificação e seleção do material coletado.

I. Quanto à origem:

a) Resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;

b) Resíduos de limpeza urbana: os originários de varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana

c) Resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, os gerados nessas atividades;

d) Resíduos de serviços públicos de saneamento básico ou gerados nessas atividades;

e) Resíduos industriais gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

f) Resíduos de serviços de saúde conforme definidos pelas normas do Ministério da Saúde;

g) Resíduos gerados pela construção civil nas construções, ampliações, reformas e reparos.

§ 8º Compete ao Município de Rio Claro a coleta de resíduos sólidos domiciliares, sendo que os resíduos provenientes de atividades industriais, comerciais, prestação de serviços, dentre outros são de responsabilidade do gerador dar a destinação final adequada.

§ 9º Os resíduos provenientes de atividades industriais, dos serviços de saúde, agrícolas e da pecuária, dentre outras, são de responsabilidade do gerador dar a destinação final adequada.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

§ 10º A coleta seletiva de que trata esta lei, deverá ser implantada e mantida nos seguintes locais:

- I — Condomínios;
- II — Shopping Centers;
- III — Teatros, cinemas, casa de eventos, estádios, ginásios e similares;
- IV — Clubes recreativos e esportivos;
- V - Estabelecimentos comerciais;
- VI – Residências;
- VII - Indústrias;
- VIII - Órgãos públicos.

Art. 3º Os proprietários ou locatários de edificações residenciais, estabelecimentos comerciais ou industriais, como consumidores natos e geradores dos resíduos sólidos, são responsáveis pelo processo de seleção do resíduo, seu acondicionamento de forma adequada e em separado, bem como, pela disponibilidade do resíduo para coleta ou devolução.

Art. 4º O Programa "Rio Claro Sustentável" contará com uma seção apta a promover a conscientização para a proteção do meio ambiente, criando instrumentos adequados para a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todo o território municipal, criando mecanismo para a construção de uma cidadania ambiental, especialmente em crianças e adolescentes.

Art. 5º Nos eventos instalados em logradouros públicos, os responsáveis deverão zelar pela limpeza da localização e das áreas de circulação adjacentes, disponibilizando em lugar visível e para uso público, recipientes adequados para o recolhimento dos resíduos gerados já com a prática do processo seletivo, com a devida identificação padronizada.

Parágrafo Único – Todos os eventos referidos no caput deste artigo, independente de cobrança de ingressos devem apresentar um plano de coleta de resíduos sólidos.

Art. 6º Todo papel utilizado nas repartições públicas e empresas privadas, exceto, os rejeitos como de higienização e outros assemelhados, serão separados em recipientes próprios, assim como o vidro, os plásticos e metais presentes no resíduo produzido, para posterior coleta, acondicionamento e destinação para reciclagem.

Art. 7º Fica permanentemente proibido em manter ou armazenar resíduos, em locais não autorizados pelo Poder Público Municipal e pelos órgãos de controle ambiental.

Art. 8º Todas as edificações públicas e privadas para uso coletivo que vierem a ser construídas ou reformadas deverão ser dotadas de instalações para a coleta seletiva.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Art. 9º Também serão observados e selecionados de forma diferenciada para Coleta Seletiva no Município de Rio Claro, todos os resíduos eletrônicos e Tecnológicos, conforme a Lei Municipal 4083/2010.

Art. 10. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 19 de setembro de 2018.



GERALDO LUIS DE MORAES
Vereador

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 191/2018 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 191/2018 - PROCESSO Nº 15225-222-18.

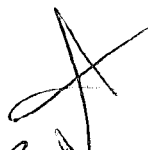
Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 191/2018, de autoria do nobre Vereador Geraldo Luis de Moraes, que institui no âmbito do município de Rio Claro o "Programa de coleta seletiva Rio Claro Sustentável" e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.


AJP 68

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

O Projeto de Lei em apreço cria o "Programa de coleta seletiva Rio Claro Sustentável" com o intuito da realização da separação dos resíduos sólidos domiciliares na sua origem, desenvolvendo a cooperação, a lealdade, a cortesia e o respeito mútuo em benefício do meio ambiente.

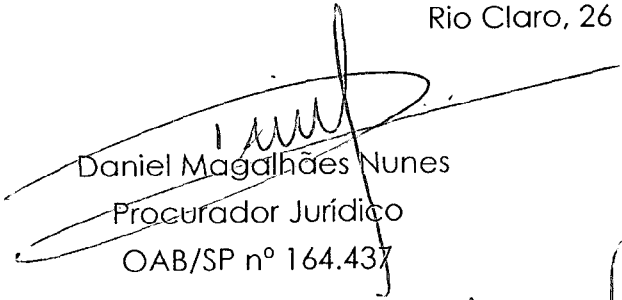
Todavia, visando uma melhor técnica legislativa e evitar conflitos com Leis já existentes, sugerimos a apresentação da seguinte emenda:


1- Emenda Modificativa ao artigo 9º, que passa a ter a seguinte redação:

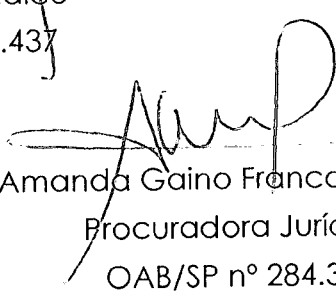
"Art. 9º - Ficam também observadas as Leis Municipais nºs 5230/2018, 4762/2014, 4083/2010 e 3795/2007."

Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade** com ressalva.

Rio Claro, 26 de setembro de 2018.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco Eduardo
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI Nº 5230
de 06 de agosto de 2018

(Projeto de Lei de autoria do Vereador Adriano La Torre)

(Institui a Política de Conscientização da coleta seletiva de lixo e dá outras providências)

Eu, JOÃO TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei: -

Artigo 1º - Fica instituída a Política de Conscientização da coleta seletiva de lixo no Município de Rio Claro.

Artigo 2º - A Política de Conscientização da coleta seletiva de lixo terá por objetivo informar o cidadão a respeito da importância da coleta seletiva, da promoção da reciclagem e reutilização dos materiais, do armazenamento adequado de vidros e objetos pontiagudos, bem como da destinação correta do lixo.

Artigo 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, mediante a expedição do respectivo Decreto.

Rio Claro, 06 de agosto de 2018

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

RODRIGO RAGGHIANTE
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

JEAN WALTER LOPES SCUDELLER
Secretário Municipal da Administração



Câmara

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI Nº 4762
de 01 de julho de 2014

| |
|--|
| CÂMARA MUNICIPAL RIO CLARO - SP PROCESSO Nº 14063 FLS Nº 18 VISTO <i>Bto</i> |
|--|

(Projeto de Lei de autoria da Vereadora Maria do Carmo Guilherme)

(Dispõe sobre a coleta de medicamentos vencidos ou não utilizados por pontos de venda de medicamentos instalados no Município de Rio Claro e dá outras providências)

Eu, PALMINIO ALTIMARI FILHO, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei: -

Artigo 1º - Os pontos de venda de medicamentos instalados no Município de Rio Claro devem disponibilizar, recipientes adequados e de fácil visualização para recolhimento de medicamentos domiciliares, vencidos ou não utilizados.

§ 1º - Entende-se por pontos de venda: os estabelecimentos comerciais que desenvolvem o ramo de comércio varejista de medicamentos, sob a supervisão de farmacêutico.

§ 2º - Entende-se por recipientes adequados: material resistente à ruptura e vazamento, impermeável e inviolável, os quais devem possibilitar segregar a coleta dos resíduos em medicamento sólido, medicamento líquido e resíduos recicláveis.

Artigo 2º - Cabe às indústrias, fabricantes, manipuladoras, importadoras e distribuidoras que atuem no Município de Rio Claro disponibilizar os recipientes de coleta aos pontos de venda, sendo aquelas corresponsáveis pela cadeia da logística reversa.

§ 1º - Entende-se por logística reversa: conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos especificados nesta Lei ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

§ 2º - Nos recipientes de coleta deverá constar a seguinte expressão: "Descarte seu medicamento vencido, alterado ou não utilizado aqui".

Artigo 3º - Cabe aos responsáveis pelos pontos de venda manter o acesso livre e desimpedido aos recipientes, mantê-los em perfeitas condições de limpeza e conservação e adotando medidas visando que o seu conteúdo não transborde.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI Nº 4762,
de 01 de julho de 2014

| |
|---|
| CÂMARA MUNICIPAL RIO CLARO - SP PROCESSO Nº 14463 FLS Nº 19 VISTO |
|---|

2.

Parágrafo Único - Os responsáveis pelos pontos de venda devem solicitar, por meio de documento próprio, às indústrias, fabricantes, manipuladoras, importadoras e distribuidoras o recolhimento dos resíduos especificados nesta Lei e a troca dos recipientes quando necessário.

Artigo 4º - As indústrias, fabricantes, manipuladoras, distribuidoras, importadoras e comércio varejista de medicamentos ficam responsáveis por desenvolver e executar seus próprios Programas de Gerenciamento de Resíduos Farmacêuticos Domiciliares, atendendo às etapas de logística reversa descritas no artigo 2º, parágrafo 1º.

Parágrafo Único - Os Programas referidos no caput devem ser apresentados por escrito aos órgãos municipais competentes.

Artigo 5º - Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final dos medicamentos domiciliares, vencidos ou não utilizados:

I - Lançamento in natura a céu aberto;

II - Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados;

III - Lançamentos em corpos d'água, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas naturais ou artificiais, em redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de gás natural ou de televisão a cabo, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundações.

Artigo 6º - As indústrias, manipuladoras, distribuidoras, importadoras e comércio varejista de medicamentos ficam responsáveis pela elaboração de ações de comunicação e informação, com finalidade educativa, a respeito do descarte adequado de medicamentos e do uso racional dos medicamentos.

Artigo 7º - O descumprimento de quaisquer dispositivos desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, notificando o infrator para sanar a irregularidade no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da notificação, sob pena de multa.

Parágrafo Único - É possível a cumulação de multas, no caso de haver infração à mais de uma obrigação prevista nesta Lei.

Artigo 8º - Esta Lei entra em vigor em 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.



Prefeitura Municipal de Rio Claro


Estado de São Paulo

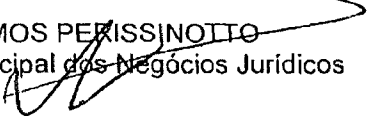
LEI Nº 4762
de 01 de julho de 2014

| | |
|---|----|
| CÂMARA MUNICIPAL RIO CLARO - SP PROCESSO Nº 14063 FLS Nº 20 VISTO | 3. |
|---|----|

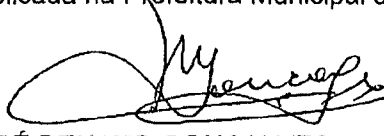
Artigo 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei no que couber.

Rio Claro, 01 de julho de 2014


Engº PALMINIO ALTIMARI FILHO
Prefeito Municipal


GUSTAVO RAMOS PEREIRASSINOTTO
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.


JOSÉ RENATO GONÇALVES
Secretário Municipal de Administração



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI Nº 4083
de 29 de junho de 2010

(Projeto de Lei de autoria da Vereadora Mônica Hussni Messetti)

(DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA CONTÍNUA DE LIXO TECNOLÓGICO, DENOMINADO ECOPONTO DIGITAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)

Eu, PALMINIO ALTIMARI FILHO, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei: -

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Coleta Seletiva de Lixo Tecnológico na Cidade de Rio Claro, denominado ECOPONTO DIGITAL.

Artigo 2º - O Programa de Coleta Seletiva Contínua de Lixo Tecnológico tem a seguinte finalidade:

- I - a preservação da saúde pública;
- II - a destinação final ambientalmente adequada de materiais e equipamentos de informática;
- III - o gerenciamento dos resíduos de materiais e equipamentos de informática;
- IV - a geração de benefícios sociais e econômicos;
- V - a segurança e a capacitação técnica de profissionais;
- VI - a regularidade, continuidade, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final dos materiais e equipamentos de informática descartados;
- VII - a participação social.

Artigo 3º - Para efeitos desta lei, entende-se por lixo tecnológico, resíduos gerados pelo descarte de materiais e equipamentos de informática, componentes e equipamentos periféricos de computadores, inclusive monitores, telas, displays, impressoras, teclados, mouses, drivers, modems e assemelhados, de uso pessoal.

Parágrafo Único - Estão excluídos do Programa de Coleta Seletiva Contínua que dispõe esta lei, baterias, tonners e materiais assemelhados que podem gerar vazamentos.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Lei Nº 4083
de 29 de junho de 2010

2.

Artigo 4º - A administração municipal poderá colocar à disposição da população, postos de coleta de materiais e equipamentos de informática descartados, preferencialmente os centros de democratização de acesso à rede mundial de computadores - TELECENTROS.

Artigo 5º - Os materiais e equipamentos descartados pela população nos ECOPONTOS DIGITAIS poderão ser destinados a:

- I - utilização ou reutilização pela administração pública;
- II - reciclagem;
- III - doação a organizações e entidades da sociedade civil.

Artigo 6º - Para a execução desta Lei, as cooperativas, associações de catadores, instituições educacionais e demais organizações e entidades da sociedade civil, selecionadas mediante apresentação de projetos sociais, considerando, entre outros:

- I - descrição detalhada do projeto;
- II - objetivos e metas;
- III - procedimentos operacionais de segregação, acondicionamento, coleta, triagem, armazenamento, transporte, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitos;
- IV - formas de prevenção de possíveis riscos ambientais;
- V - formas de participação social e resultados;
- VI - possibilidade de ações compartilhadas com outras organizações e entidades da sociedade civil;
- VII - programas de capacitação técnica e valorização profissional;
- VIII - geração de negócios, emprego e renda.

Parágrafo Único - Compete à organização ou entidade selecionada a responsabilidade por todas as etapas do projeto, bem como responder sobre eventuais danos ao meio ambiente e à saúde da população, arcando com reparações e ressarcimentos cabíveis.

Artigo 7º - A presente Lei será regulamentada pelo Prefeito Municipal.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI Nº 4083
de 29 de junho de 2010

3.

publicação.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor a partir de sua

Rio Claro, 29 de junho de 2010

Engº PALMINIO ALTIMARI FILHO
Prefeito Municipal

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

JOSÉ ROBERTO REGINATTO
Secretário Municipal de Administração



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI Nº 3795
de 14 de dezembro de 2007

(Projeto de Lei de autoria da Vereadora Mônica Hussni Messetti)

(Dispõe sobre a criação do Pró-Óleo – Programa de Armazenamento, Coleta e Reciclagem de Óleos de pós-uso alimentar, para transformação e utilização como bio-diesel no Município de Rio Claro e dá outras providências)

Eu, DERMEVAL DA FONSECA NEVOEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei :-

Artigo 1º - Fica instituído no Município de Rio Claro o Pró-Óleo – Programa de Armazenamento, Coleta e Reciclagem de Óleos de pós-uso alimentar, para transformação e utilização como bio-diesel.

Artigo 2º - O Programa poderá ser desenvolvido através de campanhas de educação e esclarecimento à população sobre a necessidade de armazenar o óleo de uso alimentar pós-utilizado, para posterior entrega à reciclagem, a fim de reaproveitá-lo na forma de bio-diesel.

Parágrafo Único - Poderá ser criado através de ampla divulgação, postos de entrega e coleta do material tais como: postos de gasolina, supermercados, associações de bairro, bem como outros pontos, devidamente identificados, que facilitem a afluência das pessoas.

Artigo 3º - São princípios fundamentais para a organização e execução do Pró-Óleo:

- I - A universalidade, a regularidade e a continuidade no acesso aos postos e locais de entrega dos recipientes com óleo pós usado na alimentação;
- II - A conscientização do consumidor sobre a responsabilidade pós-consumo;
- III - A sustentabilidade ambiental, social e econômica do programa,
- IV - A inserção do consumidor como agente de controle da poluição ambiental.

Artigo 4º - São objetivos e diretrizes da organização e execução do Pró-Óleo:

- I - A possibilidade de se estabelecer uma política de recolhimento de óleos pós-utilizados na alimentação;
- II - O incentivo e armazenamento, coleta e reciclagem de óleos pós-utilizados na alimentação;
- III - O direito do consumidor à informação a respeito do potencial degradador do produto pós-utilizado, sobre o meio ambiente e a saúde pública;



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI Nº 3795
de 14 de dezembro de 2007

2.

IV - A conscientização do consumidor pelo destino a ser dado ao óleo pós-utilizado na alimentação;

V - A conscientização dos produtores em imprimir nas embalagens a informação de que o óleo pós-utilizado na alimentação é produto reciclável, devendo o mesmo ser armazenado adequadamente para posterior entrega nos postos de coleta;

VI - A promoção de padrões ambientalmente sustentáveis de produção, consumo e reciclagem,

VII - A possibilidade de articulação e integração das ações entre poder público, agentes produtores e consumidores.

Artigo 5º - Visando atender aos objetivos propostos, poderão ser observados os seguintes procedimentos:

I - Criação de campanha institucional de esclarecimento ao consumidor sobre a possibilidade de transformações do óleo pós-utilizado na alimentação, em fonte de energia alternativa - bio-diesel;

II - Esclarecer o consumidor sobre os danos causados ao meio ambiente, quando o óleo pós-utilizado na alimentação for descartado de forma incorreta;

III - Esclarecer o consumidor sobre a necessidade de armazenamento em recipiente adequado, pós-utilização,

IV - Incentivar o uso de garrafas tipo PET no armazenamento do óleo pós-usado na alimentação.

Artigo 6º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 14 de dezembro de 2007

DERMEVAL DA FONSECA NEVOEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

JOSE PIOVEZAN
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

Publicar na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

SERGIO DE CAMPOS FERREIRA
Secretário Municipal de Administração

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 191/2018

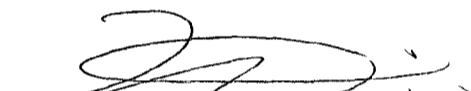
PROCESSO 15225-222-18

PARECER Nº 206/2018

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **GERALDO LUIS DE MORAES**, Institui no âmbito do município de Rio Claro o “Programa de coleta seletiva Rio Claro Sustentável” e dá outras providencias.

Esta Comissão opina pela **LEGALIDADE** do presente Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 10 de outubro de 2018.


Dermeval Nevoeiro Demarchi
Presidente

Paulo Marcos Guedes
Relator


Rafael Henrique Andreetta
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA URBANA E RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 191/2018

PROCESSO 15225-222-18

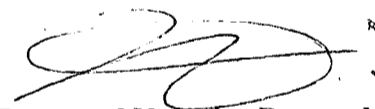
PARECER Nº 037/2018

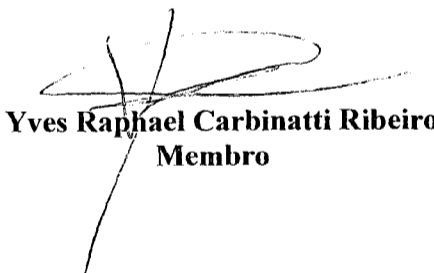
O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **GERALDO LUIS DE MORAES**, Institui no âmbito do município de Rio Claro o “Programa de coleta seletiva Rio Claro Sustentável” e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do presente Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 25 de outubro de 2018.

José Júlio Lopes de Abreu
Presidente


Dermeval Nevoeiro Demarchi
Relator


Yves Raphael Carbinatti Ribeiro
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 191/2018

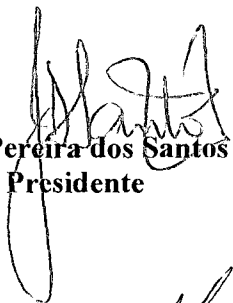
PROCESSO 15225-222-18

PARECER Nº 127/2018

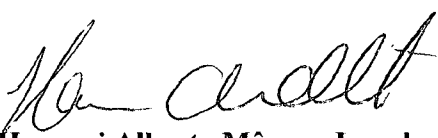
O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **GERALDO LUIS DE MORAES**, Institui no âmbito do município de Rio Claro o “Programa de coleta seletiva Rio Claro Sustentável” e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 22 de outubro de 2018


José Pereira dos Santos
Presidente

Paulo Marcos Guedes
Relator


Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 191/2018

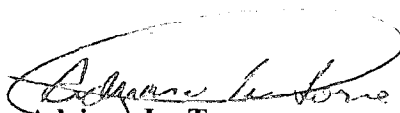
PROCESSO 15225-222-18


PARECER Nº 164/2018

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **GERALDO LUIS DE MORAES**, Institui no âmbito do município de Rio Claro o “Programa de coleta seletiva Rio Claro Sustentável” e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do presente Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 18 de outubro de 2018.


Adriano La Torre
Presidente


Irander Augusto Lopes
Relator


Caroline Gomes Ferreira
Membro

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 191/2018


PROCESSO 15225-222-18

PARECER Nº 169/2018

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **GERALDO LUIS DE MORAES**, Institui no âmbito do município de Rio Claro o “Programa de coleta seletiva Rio Claro Sustentável” e dá outras providencias.

Esta Comissão opina pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 25 de outubro de 2018.


Paulo Rogério Guedes
Presidente

José Claudinei Paiva
Relator


Maria do Carmo Guilherme
Membro

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR GERALDO LUIS DE MORAES, AO PROJETO DE LEI Nº 191/2018.

1. EMENDA MODIFICATIVA AO ARTIGO 9º DO PROJETO DE LEI 191/2018, ficando o mesmo com a seguinte redação:

"Artigo 9º - Ficam também observadas as Leis Municipais nºs 5230/2018, 462/2014, 4083/2010 e 3795/2007."

Rio Claro, 01 de outubro de 2018.



Geraldo Luis de Moraes
"Vereador Geraldo Voluntário"
1º Secretário
Vice Líder Democratas

01/10/2018 10h17

CÂMARA MUNICIPAL

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 16/2018

CONFERE A MEDALHA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL ÀS PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE SE DESTACAREM NA ÁREA DE TECNOLOGIA DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Artigo 1º - Fica instituído o Prêmio Responsabilidade Socioambiental, que será entregue, anualmente, no mês de junho, pela Câmara Municipal de Rio Claro, em sessão solene previamente agendada.

Parágrafo único. O prêmio de que trata o “caput” deste artigo consistirá na entrega da Medalha Responsabilidade Socioambiental às pessoas físicas ou jurídicas que tenham contribuído para o surgimento de inovações tecnológicas orientadas à preservação, qualificação e o respeito ao meio ambiente, aplicadas à gestão ambiental.

Artigo 2º - A indicação dos homenageados pela honraria de que trata este decreto, em número de 5 (cinco), no máximo, caberá a uma Comissão, que será composta por 01 (um) representante de cada uma das seguintes entidades, a serem convidados: I – Secretaria do Meio Ambiente; II - Conselho Municipal do Meio Ambiente; III - Associação Comercial de Rio Claro ; IV – UNESP – Universidade Estadual Paulista - V – CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

Artigo 3º - As indicações mencionadas no art. 2º, que serão acompanhadas da exposição de motivos que as ensejaram, deverão ser encaminhadas à Câmara Municipal de Rio Claro, até o último dia útil do mês de fevereiro.

Artigo 4º - As pessoas indicadas receberão a Medalha Responsabilidade Ambiental e o Diploma de Gratidão da Cidade de Rio Claro, no padrão concedido pela Câmara Municipal.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 02 de Julho de 2018.



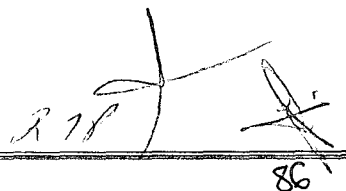
JOSÉ JULIO LOPES DE ABREU
Vereador “Julinho Lopes”
Vice-Presidente
Líder do PP

**PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 16/2018 - PROCESSO Nº 15174-171-18.**

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2018, de autoria do nobre Vereador José Júlio Lopes de Abreu, que confere a medalha responsabilidade ambiental às pessoas físicas ou jurídicas que se destacarem na área de tecnologia do meio ambiente e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:



86

O Projeto de Decreto Legislativo em questão encontra amparo legal no artigo 3º, inciso XII, do atual Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, bem como no art. 15, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro, os quais dispõem que a Câmara Municipal deliberará, mediante resolução, sobre assuntos de sua economia interna e, **nos demais casos de sua competência privativa, por meio de decreto legislativo.**

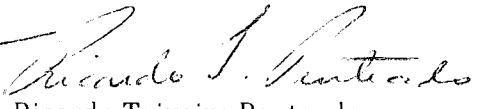
Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que **o Projeto de Decreto Legislativo em apreço reveste-se de legalidade.**

Rio Claro, 23 de julho de 2018.


Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco Eduardo

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 016/2018

PROCESSO 15174-171-18

PARECER Nº 170/2018

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Senhor Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**, Confere a Medalha Responsabilidade Ambiental às pessoas Físicas ou Jurídicas que se destacarem na área de tecnologia do Meio Ambiente e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **LEGALIDADE** do Projeto de Decreto Legislativo, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa de Leis.

Rio Claro, 25 de julho de 2018.



Dermeval Nevoeiro Demarchi
Presidente

Paulo Marcos Guedes
Relator



Rafael Henrique Andrecta
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 016/2018

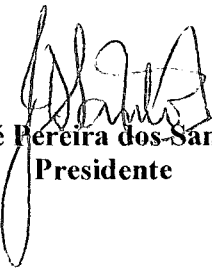
PROCESSO 15174-171-18

PARECER Nº 112/2018

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Senhor Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**, Confere a Medalha Responsabilidade Ambiental às pessoas Físicas ou Jurídicas que se destacarem na área de tecnologia do Meio Ambiente e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa de Leis.

Rio Claro, 20 de agosto de 2018.


José Pereira dos Santos
Presidente

Paulo Marcos Guedes
Relator


Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 016/2018

PROCESSO 15174-171-18

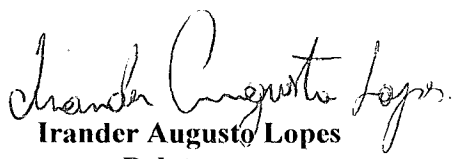
PARECER Nº 147/2018

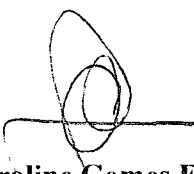
O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Senhor Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**, Confere a Medalha Responsabilidade Ambiental às pessoas Físicas ou Jurídicas que se destacarem na área de tecnologia do Meio Ambiente e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa de Leis.

Rio Claro, 30 de agosto de 2018.


Adriano La Torre
Presidente


Irander Augusto Lopes
Relator


Caroline Gomes Ferreira
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 016/2018

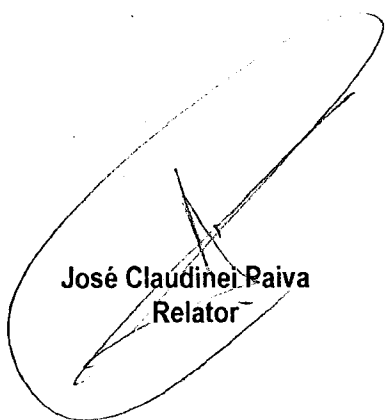
PROCESSO 15174-171-18

PARECER Nº 156/2018

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Senhor Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**, Confere a Medalha Responsabilidade Ambiental às pessoas Físicas ou Jurídicas que se destacarem na área de tecnologia do Meio Ambiente e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa de Leis.

Rio Claro, 20 de setembro de 2018.



José Claudinei Paiva
Relator



Paulo Rogério Guedes
Presidente

Maria do Carmo Guilherme
Membro